

Mais uma vez, reafirmo: estão nos chamando de fundamentalistas. Temos fundamentos, sim, temos fundamentos bíblicos, religiosos e acreditamos que o poder familiar cabe à família. Não dá para alguém dizer: “o Estado vai contradizer o que o seu pai disse. Se o seu pai ensinou que isso é pecado, para o Estado não é pecado. Isso você pode fazer; isso não é competência do Estado.” Já foi dito aqui “n” vezes que o Estado é laico.

Quero reiterar as palavras da deputada Leci Brandão. Quero dizer-lhe, deputada, que concordo com V. Exa. em todas as palavras. Somos inclusivos, respeitamos todos. Na parada gay, havia gente de diversas igrejas evangelizando, amando as pessoas, e não criando ódio, porque não existe isso. Não temos esse sentimento de ódio, simplesmente, de acolher e de incluir, mas não podemos aceitar que as pessoas não nos respeitem.

Assim como V. Exa. respeita todos e convive com todos, de diferentes tipos, nós, que há alguns mandatos estamos no parlamento, também convivemos - e V. Exa. é testemunha disso. Tive o privilégio de trabalhar com V. Exa. na CPI do Trabalho Escravo. É esse o pensamento que temos. Não podemos aceitar que o deputado Giannazi venha nos tachar de reacionários. Temos fundamentos, sim, fundamentos bíblicos, acreditamos nos nossos princípios e vamos morrer defendendo. Isso faz parte do parlamento.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro, evidenciado, que somos contra. Entramos num acordo e esperamos aprovar essa Promotória, que, creio, irá contribuir muito para o Ministério Público. Na última sexta-feira, junto com alguns deputados da Casa, estivemos com o procurador geral de Justiça. Ele disse: “O gênero usávamos para o Gevid.” Isso não faz diferença alguma. Para nós, o importante é que aconteça a aprovação desse projeto, o que esperamos que aconteça com o apoio de todos os parlamentares.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira, como vice-líder, pelo Art. 82.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, internautas, público presente, agradeço a Deus pela oportunidade de mais um dia estar aqui neste Parlamento.

Ouvi atentamente nesta tarde muitos deputados falarem sobre ideologias cristãs, sobre o comportamento de A ou B, mas também ouvi quando a deputada Leci Brandão falou aqui sobre assuntos importantes; concordamos com Vossa Excelência. Mas não podemos nos ausentar de defendermos aqui o nosso posicionamento quando somos citados. Vossa Excelência está certa. Existem assuntos muito importantes para serem tratados, de interesse da população do Estado, como hoje vemos aqui pessoas munidas de faixas, defendendo seus interesses. Parabéns a vocês que estão aqui. Mas quando V. Exa. fala de importância, nós entendemos que esses assuntos também são de grande importância para a sociedade brasileira, quando falamos de família. A família é a base da sociedade. A educação é dada em casa e não na escola. Na escola, as crianças começam a aprender a ler e escrever. A educação é dada pelos pais. Não fomos nós que trouxemos essa discussão hoje para o plenário e sim a nobre deputada Beth Sáhão, que começou a discutir o que já havíamos concordado no Colégio de Líderes. Não concordamos com a palavra gênero.

Respeitamos o deputado Raul Marcelo, que é bem centrado no que fala. Aprendemos muito com Vossa Excelência. Fico prestando atenção para aprender. Respeitamos todos os deputados, mas não podemos aceitar que deputados que não tenham nossa fé venham à tribuna e nos chamem de homofóbicos, que somos minoria. Não somos minoria, não. Representamos mais de 89% de cristãos deste País. Quem quiser que seus objetivos sejam defendidos e votados que vá para as ruas e falar seu voto. Defendemos a família, vamos continuar defendendo-a, sim, e somos cristãos, sim. Não somos atrasados, não, como disse o deputado Campos Machado. Não estamos defendendo a antiguidade aqui. Defendemos a família. A educação começa em casa. Não é na escola que se dá educação. Não é necessária nenhuma lei do tipo que se está mandando para as Câmaras Municipais do Brasil para educar nossas crianças. A Educação começa em casa.

Muito obrigado.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de indicar o nobre deputado Reinaldo Alguiz para falar pelo Partido Verde.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguiz pelo Art. 82, em nome do PV.

Antes, porém, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea “d” do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para amanhã, a realizar-se um minuto após o término da reunião ordinária da comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, convocada para as 14 horas e 30 minutos, com a finalidade de se apreciar a seguinte matéria em regime de urgência: Projeto de lei nº 822, de 2015, de autoria do senhor governador.

O SR. REINALDO ALGUZ - PV - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos, público presente, é com grande alegria que faço uso da minha palavra no momento em que se inflamam os pensamentos. O Parlamento é para isso.

Queria trazer uma palavra, logo que comecei a falar recebi um beijo da deputada Leci Brandão, que falou algo muito importante. A liberdade, a democracia, o respeito. Esta Casa tem essa finalidade, o respeito. Nós, como parlamentares, devemos dar liberdade a todos segundo as leis desta Casa, que nos direcionam para que possamos expressar o que pensamos.

É natural que, diante da diversidade, tenhamos pensamentos opostos. É normal. E, quando se tem pensamentos opostos, não posso vir aqui ocupar a tribuna para defender meus pensamentos acusando quem tem outros pensamentos. Ou, até, colocando em outros deputados, que têm pensamentos contrários aos meus, slogans. Colocando que eles são discriminados por pensar diferente, que é um direito do parlamento.

Assusta-me, diante dos debates, às vezes não percebermos que determinados assuntos não se tratam de religião. Não estamos discutindo religião, estamos trazendo à tona uma proposta de lei para a Educação. É, aí sim, cada um segundo seu juízo deve defender seus pontos de vista, sem, no entanto, tirar o direito de quem pensa diferente de argumentar.

Não venho aqui argumentar segundo o pensamento de terceiros, venho argumentar segundo o que acho que é natural, respeitando todos que pensam diferente. Mas também tenho o direito de expor o que penso, senão não estou em um parlamento.

É interessante que, às vezes, as pessoas falam de ciências, mas temos divergências nas ciências. Temos inúmeros cientistas que pensam de um jeito e outros que pensam de outro. Agora posso falar segundo minha consciência. E é esse povo que represento, que me elegera para colocar aquilo que penso.

Não estamos discutindo religião, porque homem e mulher é a natureza que diz. Eu sou homem. A mulher é mulher. Também não estamos discutindo pessoas que têm preferências homoafetivas, que é outra coisa e que devem ser respeitadas.

Nós estamos sim discutindo o limite do Estado sobre a educação dos nossos filhos. O projeto da ideologia de gênero começa a invadir um local que não pertence ao Estado, porque educação dos filhos compete à sua família.

Se o Estado começa a querer educar com princípios morais, isso é uma ditadura. Eu não tenho liberdade quando o Estado começa a determinar o que deve ou não ser feito com as minhas filhas. Não são somente as minhas filhas, são os meninos, o direito de cada menino e menina se descobrir.

Hoje, infelizmente, colocou-se que, na educação, todos são iguais. É uma verdade, somos seres humanos iguais a todos. Contudo, deve ser levado em consideração que cada ser humano é um indivíduo único. Ninguém é igual a ninguém.

Existem duas correntes: a primeira quer colocar o indivíduo submisso ao social, temos o socialismo; a segunda quer colocar o social submisso ao indivíduo, temos o individualismo. Nenhuma dessas duas correntes constrói. O que constrói uma sociedade é o respeito ao ser humano como um ser único e social.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. GILMACI SANTOS - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de responder ao questionamento sobre a ideologia de gênero. A ideologia de gênero acredita que a criança nasce sem sexo definido. A escolha do seu sexo será feita por ela própria quando do seu desenvolvimento.

Isto é, ela irá decidir se é do sexo feminino ou masculino, independente do seu órgão genital e da formação natural do seu corpo. Não requeremos a retirada da palavra ‘gênero’ do projeto, porque a legislação protege o indivíduo como um todo.

Acreditamos que, em uma sociedade, não é necessário defender mulheres, crianças e idosos separadamente, mas sim o indivíduo, de uma forma geral, como ser humano. Não acreditamos nessa ideologia de gênero. Não porque somos evangélicos, mas sim porque temos posições diferentes.

Não são somente os evangélicos que não acreditam nessa ideologia. Os evangélicos também são pessoas que, de certa forma, têm sofrido os maiores preconceitos aqui. Hoje em dia, ainda somos perseguidos e caluniados.

Portanto, defendemos que seja retirada a palavra ‘gênero’ do projeto, porque não acreditamos nisso. Acreditamos que o ser humano é o que nasce. Se nasceu daquela forma, não é a criança que irá definir, depois de certo tempo, o que quer ser. Por isso, pedimos a retirada da palavra gênero do projeto, não por sermos evangélicos. É uma questão de princípios.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. MILTON VEIRA - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu prestei bastante atenção a esse debate. Quando se trata de família e do ser humano, não podemos achar que essa discussão não vai levar a lugar nenhum, que essa discussão não dará em nada. Essa é a discussão que queremos fazer neste momento. Nós somos uma bancada que representa uma determinada classe.

Respeito todos os deputados. A deputada Leci Brandão colocou muito bem que nunca viu um deputado subir à tribuna para defender os quilombolas. Mas também nunca tivemos ninguém para subir ali e nos defender quando nos atacam. Nós somos evangélicos, pastores. Sou pastor há 26 anos. Nós atendemos famílias. Além do trabalho parlamentar que temos nesta Casa, temos um trabalho lá fora, onde vivemos momentos com famílias que vivem dramas por conta dessa situação. Nós entendemos que a palavra “gênero” não combina com este projeto que vamos votar.

Nós somos a favor do projeto. Realmente temos que criar algo na linha da Lei Maria da Penha para defender contra a violência. Nós vamos apoiar em tudo. Em Ribeirão Preto, recentemente, nós apoiamos o Tribunal de Justiça. O presidente José Renato Nalini esteve lá e criou uma vara em anexo apenas para atender questões de violência doméstica. Em Ribeirão Preto já existe o que deveria existir também nas demais comarcas. O Ministério Público também precisa ter essa questão em mãos.

Mas a palavra “gênero” é muito pesada, não cabe neste projeto. A bancada evangélica - ou a bancada dos chamados “cristãos”, já que não há apenas evangélicos - apenas fez uma emenda para retirar essa palavra. Não vai mudar nada no projeto. Porém, não vamos aceitar que alguns deputados fiquem dizendo que essa discussão não leva a nada. Nós sempre vamos discutir a questão da família e a nossa posição aqui dentro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término dessa sessão.

Está encerrada a sessão.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

\*\*\*

## 16 DE JUNHO DE 2015 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e JOOJI HATO

### RESUMO

#### ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 529/15.
- 2 - TEONILIO BARBA Discute o PL 529/15 (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).
- 3 - JOOJI HATO Assume a Presidência.
- 4 - CAMPOS MACHADO Discute o PL 529/15.
- 5 - MARCIA LIA Discute o PL 529/15.
- 6 - ANA DO CARMO Discute o PL 529/15.
- 7 - JOSÉ AMÉRICO Discute o PL 529/15.
- 8 - JOÃO PAULO RILLO Discute o PL 529/15 (aparteado pelos deputados Geraldo Cruz, José Américo e Barros Munhoz).
- 9 - PROFESSOR AURIEL Discute o PL 529/15 (aparteado pelo deputado José Américo).
- 10 - RAUL MARCELO Discute o PL 529/15.
- 11 - BARROS MUNHOZ Discute o PL 529/15 (aparteado pelo deputado Edson Giriboni).
- 12 - JOOJI HATO Convoca uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.
- 13 - JOSÉ AMÉRICO Discute o PL 529/15 (aparteado pelo deputado Teonílio Barba).
- 14 - PRESIDENTE JOOJI HATO Lembra a realização da próxima sessão extraordinária, hoje, às 21 horas e 50 minutos. Encerra a sessão.

\*\*\*

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 529, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Cesp - Companhia Energética de São Paulo a constituir subsidiárias, participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas e formar consórcios. Com 17 emendas. Pareceres nºs 487 e 488, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Infraestrutura, favoráveis ao projeto e contrários às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em discussão. Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba pelo tempo regimental.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, psicólogos e assistentes sociais, mais uma vez boa noite. Pessoal do PLC 56, mais uma vez o projeto não entrou na Ordem do Dia, nem o 06 nem o 56. É o jogo da Casa. Como a base do governo tucano é muito consolidada, eles definem o que entra e o que não entra na pauta. (Palmas.)

Mais uma vez faço um apelo a esta Casa e aos deputados. Deputado Barros Munhoz, que já foi presidente desta Casa e tem uma liderança importante sobre a base aliada, peço que ajude para debatermos os Projetos nºs 06 e 56, porque, para nós, é muito importante. Eu me lembro de que quando nós aprovamos o projeto dos conciliadores, dos mediadores de conflito, uma das pessoas que me convenceram que tínhamos que votar aquele projeto foi V. Exa., nobre deputado Barros Munhoz. Esse projeto custava algo em torno de 40, 45 milhões e o que nós aprovamos custava muito mais do que isso, mais de 300 milhões de reais. (Palmas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Teonílio Barba, antes de mais nada, gostaria de elogiar mais uma vez a postura de Vossa Excelência. É sempre claro, sempre transparente, sempre linear e sempre objetivo no que defende, no que acredita.

Eu queria fazer um esclarecimento, nobre deputado Teonílio Barba. A revista “Época” desta semana será que foi lida por todos os deputados? Precisa ser lida, é uma necessidade. Leu, nobre deputado Raul Marcelo? Leu a diferença entre nós e os membros do Poder Judiciário? Nós mortais, não os funcionários, os membros do Poder Judiciário. Vossa Excelência leu? Ali está tudo explicado, nobre deputado. Se V. Exa. ler o “O Estado de S. Paulo” de terça ou quarta-feira da semana passada, V. Exa. vai ver que o presidente do Tribunal fala que neste ano vão faltar 900 milhões. Ele reconhece que no ano passado foram recebidos 300 milhões de suplementação. Por que não se suplementou para atender a esses projetos, que defendemos e são justos? Essa é a pergunta que eu faço.

Não é a Assembleia que decide a prioridade dos projetos do Judiciário. Quando vem escrito que “as despesas decorrentes deste projeto correrão por dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário”, tem que se saber se será possível ou não, se vai haver ou não. Quem suplementa não é o Judiciário, é o Executivo. Eu lamento perante esses servidores valorosos, que merecem todo nosso respeito e consideração.

O nobre deputado Campos Machado falou a verdade. Ele foi o grande lutador pelo nível universitário dos oficiais de Justiça. Ele foi o grande lutador para que se incluísse o projeto dos oficiais de Justiça na pauta, e continua lutando.

Precisamos clarear as coisas. O Poder Judiciário pediu que se votasse o projeto sobre os conciliadores. Foi votado. Se o Poder Judiciário pedir que se vote o PLC 6/13, evidentemente que será votado. Pedir da forma que se está pedindo é a mesma coisa que não pedir - “dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário”. Desta forma é a mesma coisa que não pedir.

Faço esse esclarecimento para dizer que estamos aqui prontos para votar esses projetos, como votamos o dos conciliadores. Já brigamos muitas vezes em favor desses projetos dos servidores do Judiciário.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Agradeço os esclarecimentos, nobre deputado. Gostaria que já no começo da legislatura, no mês de março, V. Exa. tivesse feito essa fala, com essa clareza, porque teria deixado claro para esse pessoal que o problema está no fato de o Judiciário não ter suplementado as verbas. Não foi isso que foi dito aqui desde o começo da legislatura, desde o dia 15 de março.

Infelizmente a base aliada não foi tão clara como V. Exa. está sendo. Vossa Excelência diz agora que o Poder Judiciário pegou um problema e o colocou no colo da Assembleia. Isso que deveria ter sido falado no começo da legislatura, até para que esse povo, esses companheiros e companheiras que vêm aqui toda semana, pudesse colocar pressão sobre o Poder Judiciário, exigindo que o projeto caminhasse junto com aquele votado no mês de abril, exatamente como nós votamos a verba destinada ao Judiciário.

O procurador geral do Estado de São Paulo está pedindo a criação de 178 cargos, e o projeto vem a pedido do Governo. O líder do Governo afirma que o Executivo pede para votá-lo logo e aprová-lo, porque ele tem o poder da caneta - pode vetar ou não, bem como pode dizer a hora que aplica o concurso público para que sejam contratados os novos 178 servidores. Estiveram hoje aqui os presidentes da associação e do sindicato dos procuradores.

Agradeço a ajuda que V. Exa. me deu com o esclarecimento, mas acho, com todo o respeito que tenho por V. Exa., que faltou essa clareza no mês de março. Tinha que ter sido igual ao que fez V. Exa. hoje. Mais uma vez quero me solidarizar com vocês porque esse debate é extremamente importante para nós.

Outro assunto diz respeito ao projeto que vamos debater agora - PL 529/15. Esse projeto trata da Cesp. No final de década de 90, o Governo do Estado de São Paulo abriu um projeto de privatização das nossas fornecedoras de energia aqui no estado de São Paulo. Naquela época, nós já estávamos lutando muito para impedir várias privatizações que ocorreram no início dos anos 2000. Fizemos esse debate, lutamos junto com os eletricitários e com o movimento sindical, junto com os trabalhadores desse setor tentando impedir o processo de privatização, mas ele foi feito à revelia daquilo que os trabalhadores estavam discutindo.

Passada essa fase em que várias distribuidoras de energia, várias concessionárias foram privatizadas, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu enxugar a Cesp. Só que ocorreu um erro grave, porque no ano de 2013, quando o governo federal colocou em discussão a renovação das concessões, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná não fizeram esse debate. Coincidentemente, esses três estados, governados pelo governo tucano, do PSDB.

Quando você constrói uma hidrelétrica, durante 30 anos, seu período de concessão, há uma verba do ICMS que vai amortizando todo o investimento que foi feito na construção da hidrelétrica ou de uma usina que produz energia. Acontece que o governo federal percebeu que, até o ano de 2013, em todos os estados onde haviam sido instaladas hidrelétricas, o investimento dessas fornecedoras, da nossa matriz de energia, já havia sido pago.

Com a dívida amortizada, o valor de cada megawatt é vendido hoje, no estado de São Paulo, por 840 reais. Existe o mercado cativo, a energia que chega aos nossos lares, e a que vai para o leilão, que representa o chamado mercado livre. São as grandes empresas, que vão comprando conforme o seu consumo anual. Eu, por exemplo, tive que discutir isso na Ford e na Volkswagen, para pensarmos em uma maneira de mudar o horário de jornada e consumir menos energia no horário de pico, pois isso traria redução de custos para as empresas, que conseguiriam tornar o produto mais barato, mais competitivo. Com as normas que entram no mercado, as empresas foram concordando em fazer o acordo em 2013, então elas fizeram.

Por que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná não trouxeram a renovação para 2013? Porque para isso era necessário reduzir o preço de cada megawatt de 840 reais, a depender do estado, para 60, 80 ou 100 reais. A média nacional de cada megawatt vendido ficaria a 40 reais. Fizemos esse debate com os eletricitários, para conversarmos sobre seu ponto de vista quanto ao Projeto de lei nº 529. É um projeto que tem três artigos que tratam sobre a construção de subsidiárias, mas não deixa claro como será isso, diferentemente do que fez Minas Gerais. A Cemig falou que criaria subsidiárias e que cada subsidiária poderia elevar o seu capital em até um milhão de reais. A Cemig tem controle nas subsidiárias, um processo de parceria extremamente importante.

O Projeto de lei nº 529 é muito aberto. Ele diz que serão criadas as subsidiárias para o nosso estado, mas não diz de que maneira, quanto custará o megawatt de energia, como será o controle nem como será a participação da sociedade civil organizada nesse processo.

Por isso, nós estamos discutindo contra esse projeto. Nós entendemos que ele não está muito claro para o consumidor do estado de São Paulo. O projeto está escrito de maneira genérica. Ele não diz quais são os papéis da subsidiária.

O estado de São Paulo, hoje, com todas as distribuidoras e hidrelétricas que tem, ainda é responsável por quase 8 mil megawatts. Se ele não consegue ficar com essas - porque volta para o governo federal, já que ele não disputou a concessão em 2013 -, ele vai ficar com pouco mais de mil megawatts.

O estado fica com a máquina maior para uma produção bem menor. Agora o estado tem que correr atrás para fazer um acordo e aprovar um projeto que garanta essa condição de poder produzir energia aproveitando todo o pessoal que tem.

Nós fizemos um conjunto de emendas que, depois, iremos defender. Em relação ao projeto principal, nós somos contrários. Por que somos contrários? Entra aqui na Casa com um pedido de urgência, que foi votado. O projeto veio para a Ordem do Dia e o Governo do Estado de São Paulo poderia ter encaminhado o projeto quando ele não aceitou renovar a concessão, em 2013. Mas ele não encaminhou e nós somos obrigados a trazer o projeto para debater na ordem do dia.

Esse modelo da concessão de energia no estado de São Paulo é muito parecido com o modelo de concessão que nós discutimos na questão do petróleo abaixo da camada do pré-sal. O governo federal tentou e mudou o modelo com as outras distribuidoras no Brasil - não conseguiu mudar nesses três estados. O governo federal fez um modelo que torna a energia mais barata, embora alguém vá dizer que a energia subiu. Ela subiu porque ficou congelada. A inflação subiu porque nós ficamos com dois anos de preços congelados, tanto no caso da energia elétrica quanto no caso dos combustíveis. A inflação que eleva em 6,5% é corretiva porque ficou dois anos com preços acumulados.

Por isso, nós estamos encaminhando contra esse projeto e gostaria que todos os deputados votassem contra para a gente definir um projeto mais claro: qual o modelo das subsidiárias e qual é a participação da Cesp no controle delas para garantir um produto de boa qualidade para a sociedade.

Muito obrigado.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, Jooji Hato, um homem misto de político e de médico. Não se sabe onde começa o político e termina o médico ou vice-versa. Jooji Hato é um homem de bem. Tenho orgulho de poder chamá-lo de meu amigo.

Deputado Barba, eu costumo refletir. O deputado José Américo acaba de me lembrar de um passado não muito distante quando eu era, unicamente, um advogado que, por estrela, tinha tido sorte. Eu acabei advogando para um homem que marcou a minha vida, em 89 e 90, chamado Jânio Quadros. Ele cantarolava uma música que dizia respeito à candidatura de Marco Antônio Mastrobuono. Eu, levado pelo Dr. Jânio, acabei sendo candidato a vice, sendo apenas um advogado criminalista que tinha dado certo.

Eu estava meditando sobre aonde será que o deputado Teonílio Barba quer chegar. A deputada Clélia, na última terça-feira, requereu no Colégio de Líderes que viesse a esta Casa o secretário de Energia, Dr. João Carlos Meirelles, uma autoridade, e o presidente da Cesp, Dr. Mauro Arce, um especialista na área.

A deputada Clélia se preparou, passou a semana inteira estudando. Ela já havia participado, na Câmara Municipal, de outros eventos que diziam respeito à Sabesp e à Cesp e fez várias indagações ao secretário. Encerrado o questionamento da deputada Clélia e encerradas as respostas do Dr. João Carlos Meirelles, eu me convenci de que este projeto é um projeto bom, que diz respeito à autonomia e à independência do nosso estado.

Dia 8 de julho é um prazo fatal: ou o estado se posiciona em defesa da sua energia, da sua economia e das suas finanças, ou ele recua e cai de joelhos. Portanto, graças às explicações do secretário de Energia, Dr. Meirelles, fruto da sensatez e sensibilidade da deputada Clélia, eu me convenci de que este projeto é realmente benéfico para São Paulo. Eu dei apoio quando ela pediu a presença de alguém que pudesse explicar tecnicamente um projeto como esse.